



DIÁRIO ELETRÔNICO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
[assessorialegislativa@mprs.mp.br](mailto:assessorialegislativa@mprs.mp.br)

Porto Alegre, 29 de julho de 2019.

Edição n. 2664

### Nesta Edição:

#### PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....3

Súmulas de Contratos.....3

Avisos de Licitações.....4

Editais.....5

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5

#### PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Editais.....8



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de julho de 2019.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2664

## PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

### EDITAL N. 95/2019

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 3.º do art. 22 do Provimento n. 71/2017, do **ARQUIVAMENTO** dos seguintes expedientes:

PR.	EXPEDIENTE	PROMOTORIA	INTERESSADO(S)
00754.00087/2019-3	RD.00754.00075/2019	PJ Especializada de Cruz Alta	Em Geral
00769.00033/2019-0	PA.01608.000.157/2018	PJ de Estrela	Em Geral
00746.00055/2019-1	NF.00746.000.226/2019	PJ de Casca	Em Geral
00850.00054/2019-5	IC.00850.00014/2015	PJ de Quaraí	Marlene Esther da Motta Gomez Porto
00824.00136/2019-4	IC.00824.00230/2017	PJ Especializada de Pelotas	Noeui de Mattos Soares; Escola de Samba Ramiro Barcelos
00829.00300/2019-1	NF.01623.000.518/2019	PJ de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre	Em Geral
01216.00214/2019-3	PA.00821.00045/2019	PJ de Passo Fundo	Cristiane Oliveira
01411.00392/2019-0	PA.01304.000.664/2019	PJ da Infância e da Juventude de Porto Alegre – Proteção	Sirlei Terezinha Peixoto Paiva
00829.00324/2019-1	NF.01604.000.498/2019	PJ de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre	Em Geral
00748.00247/2019-2	PI.00748.00018/2019	1.ª PJ Especializada de Caxias do Sul	PMS Auto Elétrica
00829.00329/2019-0	NF.01623.000.391/2019	PJ de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre	Bruna de Lima Greff
00818.00117/2019-2	IC.01684.000.122/2018	PJ de Palmeira das Missões	Rodrigo Erthal – ME (Tornearia e Mecânica Madruga)
00791.00069/2019-6	IC.01652.000.483/2018	PJ de Horizontina	Em Geral
00779.00053/2019-6	NF.01888.000.075/2019	PJ de São Vicente do Sul	Diogo Ferreira de Ferreira
00879.00037/2019-8	IC.00879.00010/2019	PJ Cível de São Borja	Irineu Souza Fontela
00887.00069/2019-1	NF.01656.000.352/2019	PJ Especializada de São Jerônimo	Em Geral

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 25 de julho de 2019.

**MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI,**

Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.



## EDITAL N. 96/2019 – PGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no artigo 25, inciso XXX, da Lei n. 7.669/82, científica os interessados que, por despacho, determinou o arquivamento do Expediente Administrativo PR.00818.00072/2019-9.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de julho de 2019.

FABIANO DALLAZEN,  
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

MÁRCIO EMÍLIO LEMES BRESSANI,  
Promotor de Justiça,  
Chefe de Gabinete.

### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

## BOLETIM N. 265/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

**DESIGNAR**

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor RICARDO IRIBARREM CÉSAR, Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, ID n.º 4242050, para auxiliar a Promotoria de Justiça Criminal de Canoas, duas vezes por semana, no período de 29 de julho a 30 de agosto de 2019 (Port. 3112/2019).

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor MARCOS NERO CAVARET LOPES, Assessor de Promotor de Justiça I, ID n.º 4301919, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, uma vez por semana, no período de 29 de julho a 31 de outubro de 2019 (Port. 3158/2019).

**REVOGAR**

- a contar de 29 de julho de 2019, a Portaria n.º 3949/2016, que colocou a servidora GRAZIELA FERNANDES GRAZZIOTIN, Agente Administrativo, ID n.º 3411125, com ônus ao órgão de origem, mediante ressarcimento, à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (PR.00001.01680/2016-1)(Port. 3160/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de julho de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,  
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL  
PROCESSO N. 02405.000.101/2019**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Silvana de Azevedo Pimenta e, como sua substituto, a servidora Carla Viviane Nunes Olaves.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de julho de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO DE  
LOCAÇÃO DE IMÓVEL UAJ Nº 072/2016  
PROCESSO Nº 8144-09.00/06-5**

**CONTRATADA:** WALOR ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 02 de agosto de 2019. 2.1 Consignar o reajuste do valor mensal da locação, a contar de 09 de junho de 2018, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV no período (4,26%), passando a R\$ 24.436,74 (vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e quatro centavos). 2.2, consignar a concessão de desconto pela LOCADORA de R\$ 998,47 (novecentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos) ao mês, nos 12 (doze) meses seguintes. 2.3 Reajustar o valor mensal da locação, a contar de 09 de junho de 2019, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV no período (7,64%), passando a R\$ 26.303,71 (vinte e seis mil, trezentos e três reais e setenta e um centavos), e alterar a cláusula décima primeira do ajuste para fazer constar: 11.1 A gestão do presente ajuste é de responsabilidade da Unidade de Gestão de Contratos do LOCATÁRIO, que poderá ser contatada pelo e-mail [contratos@mp.rs.gov.br](mailto:contratos@mp.rs.gov.br) e por meio de telefone (51) 3295-8597. 11.2 A designação do fiscal e de seu substituto será determinada por meio de termo de designação, a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul".

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º ADITIVO AO CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 074/2018  
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.097/2018  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018**

**CONTRATADA:** MARCOCAR MECÂNICA DE VEÍCULOS LTDA; **OBJETO:** prorrogar por 12 (doze) meses, a contar de 02 de agosto de 2019, a vigência do Contrato de Prestação de Serviços n.º 074/2018 e consignar a renúncia da contratada em relação ao reajuste de preços a que teria direito, nos termos da cláusula terceira, item 3.8.4 do contrato, permanecendo os valores atuais das horas trabalhadas e dos percentuais de desconto sobre as peças utilizadas; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e na cláusula décima quarta do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 066/2019  
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.098/2019  
INEXIGIBILIDADE**

**CONTRATADO:** LEONIR ADELINO LUNELLI; **OBJETO:** prestação, pelo CONTRATADO, de serviços de leiloeiro, para a realização, incluindo a preparação, organização e condução, de leilão de 30 (trinta) veículos pertencentes à CONTRATANTE; **VALOR:** 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação dos bens objeto do leilão; **VIGÊNCIA:** 06(seis) meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, da Lei Federal n.º 8.666/93, sujeitando-se, além do caput diploma



Porto Alegre, 29 de julho de 2019.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2664

legal acima referido e suas alterações, à Lei Estadual n.º 11.389/99.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL  
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.098/2019**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Luciano Fin Barth e, como seu substituto, o servidor José Adriano Ribeiro D'Ávila.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 064/2019  
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.095/2019  
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nº 054/2019**

**CONTRATADA:** ELEVADORES ALCER LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, no elevador instalado no prédio sede deste Ministério Público Estadual em Tramandaí, sito na Rua Vergueiros, n.º 205; **VALOR MENSAL:** R\$ 636,67; **VIGÊNCIA:** 06(seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3930; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.º 13.179/09 e 11.389/99, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL  
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.095/2019**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Luiz Eduardo Pereira da Silva e, como seu substituto, o servidor Manutenção Otávio Gonçalves Röhrig.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 065/2019  
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.096/2019  
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nº 054/2019**

**CONTRATADA:** ELEVADORES ALCER LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, no elevador instalado no prédio sede deste Ministério Público Estadual em Passo

Fundo, sito na Rua Bento Gonçalves, n.º 720; **VALOR MENSAL:** R\$ 690,00; **VIGÊNCIA:** 06(seis) meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3930; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.º 13.179/09 e 11.389/99, bem como pela Lei Federal n.º 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL  
PROCEDIMENTO Nº 02405.000.096/2019**

O **DIRETOR-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Luiz Eduardo Pereira da Silva e, como seu substituto, o servidor Manutenção Otávio Gonçalves Röhrig.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**APOSTILA  
PROCEDIMENTO 02405.000.043/2018**

**CONTRATADA:** ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.; **OBJETO:** valor mensal do Contrato de Prestação de Serviços – n.º 033/2018, celebrado com a empresa ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA., que tem por objeto Contratação de serviços de suporte técnico, manutenção e atualização dos produtos ORACLE licenciados para a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul-PGJ, será reajustado, a contar de 28 de março de 2019, aplicando-se, conforme dispõe a cláusula Segunda, item 2.11 do ajuste, a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 4,00%, passando a vigorar o valor mensal de R\$ 97.277,80 (noventa e sete mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**Convite n.º 17/2019** (PGEA n.º 00677.000.385/2019) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para execução de reforma parcial no prédio das Promotorias de Justiça de São Leopoldo, situado na Av. Unisinos, nº 89, em São Leopoldo, RS, com regime de execução do tipo empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes do Anexo I do Convite. **Preço Orçado:** R\$ 76.766,84. **Prazo:** 03 (três) meses. **Data e horário de abertura:** 08/08/2019, às 10 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital disponível na página:** <http://www.mprs.mp.br/licitacao>. **Informações gerais:** e-mail, [licitacoes@mprs.mp.br](mailto:licitacoes@mprs.mp.br). **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 26 de julho de 2019.

**LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL**,  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.



**EDITAL N.º 157/2019**

Resultado do Edital nº 151/2019 – REMOÇÃO DE OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DEMP 18/07/2019)

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR**, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00545/2019-6, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos ([http://intra.mprs.rs.gov.br/site/editais\\_remocao/](http://intra.mprs.rs.gov.br/site/editais_remocao/)) e na internet ([https://www.mprs.mp.br/editais\\_remocao/](https://www.mprs.mp.br/editais_remocao/)), o resultado da remoção referente ao Edital nº 151/2019.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 29 de julho de 2019.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

---

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

---

**BOLETIM N. 30/2019**

**O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01718.000.206/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Arvorezinha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniel Ramos Gonçalves. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ da Promotoria de Arvorezinha - Daniel Ramos Gonçalves. **OBJETO:** investigar lesão ao ambiente natural ocorrido na Linha Campo Bonito, sem numeração, interior, Itapuca/RS, consistente na supressão de vegetação nativa, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, para fins agropastoris, consistente no corte raso de vegetação nativa em área de aproximadamente 0,67 hectare, parte em área de preservação permanente (próximo a um curso hídrico), com supressão de espécimes nativos como Cambotá, Açaita-Cavalo, Canela, Jerivá, Cerejeira, Cedro, Branquilha, Camboim, Pinheiro-brasileiro, Xaxim, Epifitas e Sambaiaçus. **INVESTIGADO(S):** Clair Ronaldo Lange da Silva. **LOCAL DO FATO:** Arvorezinha.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00762.00042/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Fábio Munhoz Manzano. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim. **OBJETO:** "Apurar irregularidades e acompanhar e fiscalizar a adoção das medidas necessárias para fazer cessar poluição sonora no estabelecimento denominado ALAMO localizado na Avenida Maurício Cardoso, nº. 776, Centro, Erechim/RS". **INVESTIGADO(S):** Lr Restaurante Ltda. **LOCAL DO FATO:** Erechim.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00717.000.196/2019. **PROMOTORIA DE**

**JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Arvorezinha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniel Ramos Gonçalves. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ da Promotoria de Arvorezinha - Daniel Ramos Gonçalves. **OBJETO:** investigar lesão ao ambiente natural ocorrido na Linha Campo Bonito, Nossa Senhora do Caravágio, Itapuca/RS, coordenadas geográficas S28º44'51.50" WO52º16'05.70", local onde Enério Portella de Lima supostamente promoveu a derrubada de Pinheiros-brasileiros, espécie pertencente ao Bioma Mata Atlântica, sem autorização do órgão ambiental, além de promover o corte de espécies florestais como Açaita-cavalo, Canelas, Camboatás, Cedros Cerejeiras, Cipós lenhosos e epífita, em um total de 1,35 hectare. **INVESTIGADO(S):** Enério Portella de Lima. **LOCAL DO FATO:** Itapuca/RS.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00722.000.086/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Elcio Resmini Meneses. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. **OBJETO:** Averiguar eventual poluição ambiental causada pelo Hospital Tacchini. **INVESTIGADO(S):** Sociedade Dr. Bartholomeu Tacchini. **LOCAL DO FATO:** Bento Gonçalves.

**ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00722.00014/2013. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Elcio Resmini Meneses. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves. **OBJETO:** averiguar delito ambiental face à inexistência de licença ambiental para atividade de perfuração de poço artesiano tubular profundo e a construção de um pavilhão para implantação de vinícola, desprovida de alvarás e licenciamento. **INVESTIGADA:** Agroindústria Casa Lerin. **LOCAL DO FATO:** Pinto Bandeira.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01724.000.288/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Bom Jesus. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniel Ramos Gonçalves. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ da Promotoria de Bom Jesus - Daniel Ramos Gonçalves. **OBJETO:** investigar lesão ao ambiente natural decorrente da supressão de vegetação nativa em total de 8,4 hectares na Localidade do Faxinal Preto, 2546, São José dos Ausentes/RS, por parte de MAISE MARAL MACIEL, para plantação de pomar de maçãs, sem autorização e licença ambiental, fato constatado pelo Comando Ambiental da Brigada Militar. **INVESTIGADO(S):** Maise Maral Maciel. **LOCAL DO FATO:** Localidade do Faxinal Preto, 2546, São José dos Ausentes/RS.

**TIPO DE PROCEDIMENTO:** Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01724.000.289/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Bom Jesus. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniel Ramos Gonçalves. **CLASSIFICAÇÃO:** Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ da Promotoria de Bom Jesus - Daniel Ramos Gonçalves. **OBJETO:** investigar lesão ao ambiente natural decorrente da supressão de vegetação nativa em total de 2,1 hectares na Localidade do Faxinal Preto, São José dos Ausentes/RS, por parte de JULIANO LOPES DA SILVA, para plantação de pomar de maçãs, sem autorização e licença ambiental, fato constatado pelo Comando Ambiental da Brigada Militar. **INVESTIGADO(S):** Juliano Lopes da Silva.



LOCAL DO FATO: Localidade do Faxinal Preto, São José dos Ausentes/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00737.000.010/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Canela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Eduardo de Almeida Vieira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canela. OBJETO: Ausência de transparências nos procedimentos administrativos, que pode determinar o favorecimento de terceiros na concessão de licenças ambientais em empreendimentos da área da construção civil. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Canela.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00746.000.163/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Casca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Luis Negrão Duarte. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca. OBJETO: apurar possíveis danos ambientais decorrentes do extravasamento de esterqueira com atingimento de recurso hídrico e mortandade de peixes tendo como responsável Ivonei Bosa. INVESTIGADO(S): Ivonei Bosa. LOCAL DO FATO: Nova Araçá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00748.00077/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Intervenção em área de preservação permanente e supressão de vegetação nativa, sem licença ambiental, na Estrada Quintino Slomp, Desvio Rizzo, Caxias do Sul. Partes: Representante: PATRAM. Investigado: Ademir Angelo Dal Ri. Local do Fato: Caxias do Sul/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00748.00078/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Atividade potencialmente poluidora, sem licença do órgão ambiental competente e com armazenamento irregular de resíduos seletivos, sem cobertura e sem piso impermeável, na Rua Claudir Paulo Belenzier, Bairro Centenário, em Caxias do Sul. Partes: Representante: PATRAM; Investigado: Reciclagem Vida Nova do Fátima. Local do Fato: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00748.00079/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, em substituição. OBJETO: Atividade de reciclagem sem licença ambiental, realizada na Rua Mozart Pepeto Monteiro, 585, Bairro Montes Claros, em Caxias do Sul/RS. PARTES: Pedro Oliveira Carvalho - Representante; João Artismo - Investigado. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01754.000.388/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Eduardo Schröder Prediger. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Denúncia realizada pela Sra. Ivane Pedersini, na qual alega

que a Prefeitura Municipal realizou o corte de árvores localizadas na parte de trás de sua residência para colocar uma estátua, a qual será instalada na gruta em uma área de terras pertencente à família Bagatini. Relata, ainda, que, com o início das atividades realizadas pelo Ente Público, muitas pedras de grandes proporções estão caindo perto de sua residência. Informa que há próximo ao lugar uma vertente de água, que utiliza para cultivar frutas, plantas e horta, apontando o estrago que já ocorreu nesta vertente devido às obras. INVESTIGADO(S): Município de Encantado. LOCAL DO FATO: Encantado/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01776.000.192/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guaporé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Laerte Kramer Pacheco. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé. OBJETO: Apurar possível dano ambiental consistente na realização de atividade de bovinocultura sob regime de semi-confinamento sem o tratamento adequado dos dejetos. INVESTIGADO(S): Gilberto Gasperini. LOCAL DO FATO: Guaporé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01788.000.034/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Lavras do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Fava Santos. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Lavras do Sul - Rogério Fava Santos. OBJETO: Supressão de mata nativa - Bioma Pampa. INVESTIGADO(S): Thadeu Stefanello Facco, Lizyana Herter Brum Facco, João Wilson Brum Filho, Mitzi Herter Brum. LOCAL DO FATO: Município de Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01702.000.494/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marau. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Ramos Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - Pj da Promotoria de Marau - Daniel Ramos Gonçalves. OBJETO: investigar lesão ao ambiente natural provocada por FABIO TIMBOLA SENSULO, consistente em, sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, para fins agropastoris, suprimir espécimes da Floresta Ombrófila Mista do Bioma Mata Atlântica, em um total de 0,38 hectare, como Rabo-de-bugio, Angico, Canela, Açoita-cavalo, Samambaias, Camboatã etc., e efetuar a abertura de vala de 70 metros de comprimento por metro de fundura e de largura, e, conseqüentemente, atingir espécimes como Branquilha, Canela e Rabo-de-bugio. INVESTIGADO(S): Fábio Timbola Sensulo. LOCAL DO FATO: Marau.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01413.000.490/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Apurar a desafetação da área de preservação permanente realizada pela Lei Municipal nº 12.080/2016, bem como os impactos ambientais das atividades hoje realizadas naquele terreno. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre, Associação dos Proprietários de Imóveis do Morro São Caetano APROMOSC. LOCAL DO FATO: Rua Deputado Astério de Mello, nº 107, Bairro Teresópolis, nesta Cidade.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00857.000.116/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva.



PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: construção irregular em terreno próximo a córrego situado na Av. Independência, frente com a Rua Dona Augusta. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Sananduva - Av. Independência, frente à Rua Dona Augusta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00878.000.219/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Marchi Juchen. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. OBJETO: Atividade de serraria e a destinação dos resíduos por ela gerados em desacordo com o licenciamento ambiental. INVESTIGADO(S): Mário Emenir França Bandeira - ME. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00878.000.183/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Marchi Juchen. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. OBJETO: O Município de São Borja estaria realizando poluição pelo lançamento de detritos humanos diretamente no solo e a céu aberto. INVESTIGADO(S): Município de São Borja. LOCAL DO FATO: São Borja.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 00878.000.229/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Marchi Juchen. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja. OBJETO: Corte de árvores em área em domínio público. INVESTIGADO(S): Enio José Marcolina. LOCAL DO FATO: São Borja.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00887.00007/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Cesar Sgarbossa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo. OBJETO: "Apurar possíveis danos ambientais decorrentes da extração mineral de curso hídrico, em área de preservação permanente (Horto Florestal Porteira e Fazenda Barrados), em São Jerônimo, figurando como investigados Valmor José Schmidt e Lucas da Silveira Knak." INVESTIGADOS(S): Lucas da Silveira Knak, Lucas Vinicius Menegazzo, Mais Fácil - Knak e Meurer Terraplanagem Ltda - Me e Sucessão de Idelfonso Homero Gonçalves Barradas LOCAL DO FATO: São Jerônimo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01616.000.583/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apuração de danos ao meio ambiente decorrentes, em tese, de supressão de árvores nativas (1,29 hectares) e de abertura e ampliação de valos, em Área de Preservação Permanente, sem o devido licenciamento e/ou autorização de órgão ambiental competente. INVESTIGADO(S): Antonio Frederico Spies Rambo. LOCAL DO FATO: Localidade Rincão dos Maciel, s/nº, interior do Município de Pirapó/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.250/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar possível dano ambiental praticado por Arlindo Gomes da Silva, na Rua Valter João Schmidt, n.º 194, bairro Progresso, em São Pedro do Sul, RS, em razão de manter em cativeiro pássaros silvestres, com fins comerciais, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. INVESTIGADO(S): Arlindo Gomes da Silva. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01880.000.110/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: Apurar suposto dano ambiental praticado pelo investigado Derly Cleocir Fernandes da Silva, na localidade de Ribeirão, interior, em São Pedro do Sul, RS, por destruir ou danificar vegetação primária ou secundária, em estágio avançado e médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica. INVESTIGADO(S): Derly Cleocir Fernandes da Silva. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01894.000.028/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sobradinho. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leonardo Chim Lopes. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Regime de Exceção - PJ Substituto de Entrância Inicial - 9 - Leonardo Chim Lopes. OBJETO: Uso de defensivos agrícolas em área urbana de Lagoa Bonita do Sul. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Lagoa Bonita do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01896.000.839/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Soledade. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristina Schmitt Rosa. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade. OBJETO: Apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa e construção de um açude, por meio da interligação de um curso d'água existente no local, em APP, sem o devido licenciamento ambiental, na sede do Sindicato dos Municípios de Fontoura Xavier. INVESTIGADO(S): Município de Fontoura Xavier, Sindicato dos Municípios de Fontoura Xavier. LOCAL DO FATO: Soledade.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01898.000.084/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapera. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera. OBJETO: Comparece para solicitar orientações, pois está com problemas relativamente ao escoamento das águas da chuva, uma vez que o sistema de drenagem e de recebimento de águas pluviais não está funcionando. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tapera/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01900.000.391/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapes. OBJETO: Denúncia de poluição sonora produzida por estabelecimento comercial (bar) de Charles, vulgo Charopinho, em frente ao nº 334 da Rua Joaquim





Barbosa, em Sentinela do Sul, empresa em tese aberta em nome da companheira de Charles, Vera Alicia Bortolotti Brock da Silva. INVESTIGADO(S): Vera Alicia Bortolotti Brock da Silva. LOCAL DO FATO: Sentinela do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00914.001.491/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Torres. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcio Roberto Silva de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres. OBJETO: Manter pássaros silvestres em cativeiro sem licença na Tv. Leopoldina Bauer, 31, Faxinal, Torres. INVESTIGADO(S): Renato Bauer Machado. LOCAL DO FATO: Torres.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01544.000.341/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Apurar eventual dano ambiental descrito no Of 044/2019 BRIGADA MILITAR, o qual descreve possível intervenção em área de preservação permanente (banhado), tendo como autores César Nelinho Kossmann e Darcy Maia Sobrinho. INVESTIGADO(S): Cesar Nelinho Kossmann, Darcy Maia Sobrinho. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01544.000.342/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Triunfo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Thomaz de La Rosa da Rosa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo. OBJETO: Apurar danos ambientais e responsabilidades decorrentes dos fatos narrados no Of. 042/2019 BRIGADA MILITAR (1º BABM- Montenegro), que dão conta da manutenção de pássaros silvestres em cativeiro, sem autorização da autoridade competente. INVESTIGADO(S): José Antonio de Mattos Nunes, Hilson Cledi Neugebauer. LOCAL DO FATO: Triunfo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01654.000.521/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Ramos Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: averiguar ausência de licenciamento ambiental para atividade de reciclagem de materiais - Relatório 223/090/JUN/2019. INVESTIGADO(S): Paulo Correia de Lima. LOCAL DO FATO: Rua Oscar Otto, 77 - bairro Garibaldi, Município de Igrejinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01654.000.548/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Ramos Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: averiguar a atividade de produção de carvão vegetal em fornos, sem licença ambiental - CODRAM 3017,00?

Termo Circunstanciado 223/085/JUL/2019. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Estrada para Serra Grande, nº 87. Bairro Voluntária Baixa, Igrejinha, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. Nº DO PROCEDIMENTO: 01806.000.034/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dorani Borges Medeiros. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Apurar a

ocorrência de dano ambiental decorrente de intervenção em APP consistente na abertura de via interna de circulação em desacordo com Autorização emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento de Parobé, conforme noticiado no Termo Circunstanciado 223/161/DEZ/2017 - Patrulha Ambiental. INVESTIGADO(S): Samuel Ruiz Mosmann. LOCAL DO FATO: Parobé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. Nº DO PROCEDIMENTO: 01220.000.292/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Simone Annes Keunecke. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Compartilhamento - 2º Pj da Promotoria Cível de Cachoeirinha - Simone Annes Keunecke. OBJETO: Acompanhamento de política pública de urbanização e realocação de ocupantes irregulares de área de risco e solução adequada para áreas ambientalmente sensíveis, especialmente em relação à área sob judice, em processo de reintegração de posse movido pelo Estado do Rio Grande do Sul, número 086/1.07.0008906-2, na 3ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Cachoeirinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01223.000.113/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marina da Silva Lameira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. OBJETO: Apurar possível dano ambiental decorrente da queima de 15,02 hectares de campo nativo, em área de Bioma Pampa, sendo 1,5 ha dentro de área de preservação permanente (banhado). INVESTIGADO(S): Juvenal Maurício Ferreira Amaral, Ana Brasil. LOCAL DO FATO: Localidade de Rincão dos Fortes, Santiago-RS.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 26 de Julho de 2019.

**DANIEL MARTINI**,

Coordenador do CAO de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

## PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CURSO SUPERIOR – DIREITO

**EDITAL Nº 02/2019 - ESTEIO**

**A PROMOTORA DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE ESTEIO**, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE**:

**TORNAR PÚBLICO** que estarão abertas as inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível superior do curso de Direito para atuarem junto à **Promotoria de Justiça Especializada de Esteio**.

**1. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTO**





Cronograma de Atividades	Datas Previstas
Período de inscrições	De 29/07 a 09/08/2019
Publicação da homologação das inscrições e divulgação do local de realização das provas	12/08/2019
Aplicação das provas	15/08/2019
Divulgação dos resultados das provas e convocação para a entrevista	21/08/2019
Realização das entrevistas	29/08/2019
Publicação do resultado e da classificação final	30/08/2019

1.1 Todas as instruções e avisos relativos ao presente processo seletivo serão divulgados por meio de editais afixados no **átrio do prédio sede da Promotoria de Justiça de Esteio, localizada na Rua Dom Pedro, nº 230, em Esteio/RS.**

1.2 As datas constantes no cronograma de atividades poderão ser modificadas mediante prévio aviso, por meio de Edital, disponibilizado no endereço mencionado no item anterior.

## 2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1 Poderão participar do presente Processo Seletivo somente os alunos devidamente matriculados no curso de Ciências Jurídicas e Sociais/Direito de instituições de ensino devidamente conveniadas com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

2.1.1 A relação completa das instituições de ensino conveniadas encontra-se disponível no local de inscrições e no sítio do Ministério Público na internet ([www.mp.rs.gov.br/concursos](http://www.mp.rs.gov.br/concursos)).

2.2 O candidato deverá estar devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, bem como possuir, no mínimo, 16 (dezesseis) anos de idade e **estar cursando, no mínimo, o 2º semestre do curso; até o 8º semestre do curso.**

## 3. DAS VAGAS

3.1 Este Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de 01 (uma) vaga para a Promotoria de Justiça Especializada de Esteio, bem como à formação de cadastro de reserva para vagas que venham a surgir na vigência deste Processo Seletivo.

3.2 A carga horária do estágio é de 30 (trinta) horas semanais a ser cumprida no turno da tarde ou da manhã e tarde.

3.3 O valor a ser pago a título de bolsa-auxílio, por hora efetivamente comprovada, é de R\$ 6,41 (seis reais e quarenta e um centavos), acrescido de auxílio-alimentação, à razão de R\$ 11,00 (onze reais) e auxílio-transporte, à razão de R\$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos), ambos por dia de efetivo exercício do estágio, a serem pagos juntamente com a bolsa-auxílio do período.

## 4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições ao processo seletivo estarão abertas no período de 29 de julho a 09 de agosto de 2019, e serão realizadas, exclusivamente, na Promotoria de Justiça de Esteio, localizada na Rua Dom Pedro, nº 230, em Esteio/RS, fone (51) 3473-4510, de **segundas a sextas-feiras das 10h às 11h45min e das 13h30min às 17h.**

4.2 A inscrição será formalizada mediante a entrega de:

4.2.1 Formulário Padrão de Inscrição;

4.2.2 cópia do documento oficial de identidade com foto.

4.3 No ato da inscrição o candidato deverá indicar o turno no qual pretende realizar o estágio.

4.4 Serão aceitas inscrições por procuração, sem a necessidade de reconhecimento de firma, assumindo o

candidato total responsabilidade pelas informações prestadas pelo seu procurador.

4.5 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá declará-lo no Formulário Padrão de Inscrição, no espaço reservado para esse fim, para que sejam tomadas as providências necessárias com antecedência.

4.6 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários.

4.7 A inscrição implicará conhecimento das normas regentes do presente certame e aceitação das regras e condições de sua realização.

## 5. DAS PROVAS

5.1 O processo seletivo será realizado, preferencialmente, na data constante no Cronograma de Atividades e será aplicado a todos os candidatos que tenham suas inscrições homologadas.

5.2 O processo seletivo será composto de 02 (duas) questões dissertativas, de no máximo 15 linhas, no valor total de 70 (setenta) pontos, e de entrevista pessoal, no valor de 30 (trinta) pontos.

5.3 As provas serão realizadas, preferencialmente, no dia 15 de agosto de 2019, às 14 horas, nas dependências da Promotoria de Justiça de Esteio/RS, conforme Cronograma de Atividades.

5.4 O tempo de realização da prova será de 02 (duas) horas e o candidato deverá apresentar-se portando comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

5.5 Durante a realização da prova não será permitida consulta a obras de qualquer espécie, bem como a utilização de quaisquer aparelhos eletrônicos (celular, notebook, tablet e tc.).

## 6. DO PROGRAMA

6.1 Questões dissertativas versando sobre tema atual do Direito.

## 7. DA ENTREVISTA

7.1 Todos os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento) nas provas serão convocados para a realização de entrevista pessoal. Os demais estarão automaticamente eliminados da seleção.

7.2 A convocação para a entrevista será realizada mediante contato telefônico.

7.3 A entrevista será realizada preferencialmente no dia 29 de agosto de 2019 dependências da Promotoria de Justiça de Esteio.

7.4 Durante a entrevista, o candidato será questionado acerca de suas experiências pessoais e profissionais, bem como sobre alguns aspectos de sua vida acadêmica.

7.5 A entrevista será valorada entre zero a 30 pontos, com base na postura e na desenvoltura diante das perguntas formuladas, nos seguintes termos:

Critério de avaliação	Peso
Postura	15
Desenvoltura diante das perguntas	15



## 8. DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO

8.1 Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 70% (setenta por cento) do total de pontos.

8.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos, com indicação do turno optado.

8.3 Em caso de empate na classificação, terá preferência o candidato de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

8.4 O resultado final do processo seletivo será divulgado no local indicado no item 1.1 na data prevista no Cronograma de Atividades.

## 9. DA CONVOCAÇÃO

9.1 A convocação será realizada por meio do e-mail informado pelo candidato no momento da inscrição, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação e o turno indicado pelo candidato no ato da inscrição.

9.2 O candidato convocado deverá comparecer no local informado no ato de convocação nos 5 (cinco) dias subsequentes à data de encaminhamento do e-mail de convocação mencionado no item anterior, para manifestar seu interesse pela vaga. Após transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo.

9.3 No caso do candidato convocado não atender ao disposto no item anterior ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

9.4 É responsabilidade do candidato comunicar, por meio escrito, a alteração do endereço eletrônico (e-mail) sob pena de desclassificação do processo seletivo decorrente do não atendimento à convocação formulada por meio do citado endereço eletrônico.

## 10. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

10.1 Para investidura no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o candidato deverá:

10.1.1 estar regularmente matriculado em instituição de ensino credenciada pelo Ministério Público;

10.1.2 possuir idade mínima de 16 (dezesesseis) anos completos;

10.1.3 apresentar certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, quando maior de 18 (dezoito) anos;

10.1.4 comprovar, por meio de atestado médico, a aptidão para o desempenho do estágio, conforme determina o art. 16 da Resolução nº 42 do CNMP;

10.1.5 não ter esgotado o tempo máximo de estágio no âmbito do Ministério Público, no caso da readmissão de estudante;

10.1.6 não estar exercendo atividades relacionadas com a advocacia e com funções judiciais e policiais, bem como atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;

10.1.7 inexistir impedimento por parte da instituição de ensino à prática do estágio curricular.

10.2 É vedada ao estagiário a realização de estágio sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Ministério Público ou a servidor investido em cargo de assessoramento, chefia e direção que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

## 11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 A aprovação não gera direito à contratação do candidato, podendo ser realizada, ou não, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério do responsável pelo

processo seletivo, observada sempre a disponibilidade de vaga.

11.2 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o estagiário e a instituição de ensino conveniada.

11.3 Documentos a serem apresentados para o ingresso no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

11.3.1 Formulário Cadastral, nos termos do modelo constante no ANEXO III do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

11.3.2 atestados de matrícula e semestralidade, originais e atualizados, fornecidos pela instituição de ensino;

11.3.3 documento original fornecido pela instituição de ensino, informando a relação das disciplinas matriculadas;

11.3.4 Formulário de Declaração de Conta-corrente no Banrisul, nos termos do modelo apresentado no ANEXO IV do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

11.3.5 certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, para estudante maior de 18 (dezoito) anos;

11.3.6 fotocópia do documento oficial de identidade;

11.3.7 fotocópia do CPF;

11.3.8 Formulário de Declaração de Bens, nos termos do modelo constante no ANEXO V do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

11.3.9 atestado médico que comprove a aptidão para a realização do estágio;

11.3.10 uma (01) foto 3x4 recente;

11.3.11 fotocópia do documento oficial de identidade do responsável legal, para estudante menor de 18 (dezoito) anos.

11.4 Os documentos referidos nos itens "11.3.1", "11.3.2", "11.3.3", "11.3.4", "11.3.5", "11.3.8" e "11.3.9" somente serão aceitos se originais, sendo vedada a apresentação de documentos emitidos pela Internet, salvo aqueles que possuam código de autenticidade eletrônica.

11.5 Os documentos mencionados nos itens "11.3.1", "11.3.4" e "11.3.8" deverão ser firmados pelo responsável legal do estudante menor de 18 (dezoito) anos, cuja identificação será comprovada por meio do documento solicitado no item "11.3.11".

11.6 Os formulários citados no item 11.3 serão fornecidos pelo responsável pelo processo seletivo no momento da contratação.

11.7 A não apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 11.3, a incompatibilidade destes com as informações prestadas no Formulário Padrão de Inscrição ou o não cumprimento dos requisitos previstos no item 10.1, levará a eliminação do candidato do processo seletivo.

11.8 Será considerado desistente o candidato convocado que não apresentar os documentos mencionados no item 11.3 no prazo de 15 (quinze) dias da manifestação do interesse pela vaga.

11.9 Transcorrido o prazo estabelecido no item anterior, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

## 12. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

Este processo seletivo terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de divulgação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Responsável pelo Processo Seletivo.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente processo seletivo.



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de julho de 2019.

[www.mprs.mp.br](http://www.mprs.mp.br)

Edição n. 2664

13.2 A aprovação e a classificação nesse processo seletivo geram para o candidato apenas expectativa de direito à contratação.

13.3 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao responsável pelo processo seletivo.

Esteio, 25 de julho de 2019.

**CAMILA SANTOS DA CUNHA,**

Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça

Especializada de Esteio,

Responsável pelo Processo Seletivo.